

## **Atualidade e Tendências do Ensino em Cursos de Especialização em Design: Uma Análise do Panorama Brasileiro**

The Present and Trends about Postgraduate Courses in Design: An Analysis of the Brazilian Panorama

Kirinus, Gabriela Giehl; Bacharel em Design; Universidade Luterana do Brasil  
[gabikirinus@terra.com.br](mailto:gabikirinus@terra.com.br)

Sperb, Daniel Quintana; Mestre em Engenharia de Produção; Universidade Federal de Santa Maria  
[daniel.sperb@ulbra.br](mailto:daniel.sperb@ulbra.br)

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é mapear o panorama atual e indicar as tendências de ensino em cursos de especialização em Design no Brasil. Estes cursos multiplicaram-se nos últimos anos, devido ao destaque obtido por este campo profissional, aliado à expansão acelerada da pós-graduação na modalidade citada. A falta de informações sobre o assunto gerou a necessidade deste estudo. Os resultados obtidos permitem a visualização de uma realidade até então desconhecida, criando condições para a intervenção, o controle e até mesmo a modificação deste quadro social.

**Palavras Chave:** Design; Ensino; Especialização.

### **Abstract**

*The aim of this article is to map the actual panorama and to indicate the trends of education in postgraduate courses in Design. In the previous years, these courses have multiplied due to the prominence conquered for the professional field of Design, plus the fast expansion of this educational system. The lack of information regarding this subject has generated the need of this study. The results obtained allow the visualization of an unknown reality, and create conditions to intervention, control or even modify this social overview.*

**Keywords:** Design; Education; Postgraduate Courses.

## **1 Apresentação**

Segundo Pilati (2006), o percentual de instituições que oferecem cursos de especialização aumentou 47% entre 2001 e 2003. O autor também afirma que, durante os últimos anos, as empresas reconheceram nessa modalidade uma alternativa para dominar uma especialidade ou para a atualização profissional. Ele ressalta, ainda, a importância da especialização como pioneira no ensino de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento e em algumas regiões do país.

Assim como a especialização, o Design brasileiro pode ser visto como uma área em expansão. De acordo com Denis (2000), esse ofício “passou, na década de 1990, de uma atividade restrita tradicionalmente a meia dúzia de praticantes bem sucedidos, para um patamar inédito de produção sobre um leque amplo de frentes de trabalho”. Essa condição teve reflexo em seu ensino, impulsionando o surgimento de novas instituições de educação superior em todo o país. No entanto, em uma consulta ao acervo on-line das principais instituições de ensino superior brasileiras, não foram encontradas pesquisas que relatem qual é o atual panorama do ensino de especialização em Design no Brasil.

Neste sentido, este trabalho propõe o mapeamento do panorama atual e a indicação de tendências do ensino em cursos de especialização em Design no Brasil. Além disso, pretende-se saber quais regiões apresentam o maior e o menor percentual de cursos; que subáreas se destacam; qual a região predominante em cada campo do Design; e em que tipo de instituição apresentam-se a maioria dos cursos. Para isso, foi definida a necessidade de realizar uma revisão de literatura, além de efetuar investigação referente aos cursos de especialização no campo de Design no Brasil; quantificar as informações encontradas e evidenciar os resultados com base na análise dos dados coletados.

## **2 Revisão de Literatura**

### **2.1 O ensino do Design no Brasil: da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI) aos dias atuais**

A primeira escola de Design no Brasil só surgiu em meados dos anos 60. Em 1963, após algumas tentativas frustradas, foi criada a ESDI (DENIS, 2000; WOLLNER, 2003). A fundação desta escola só foi possível devido aos interesses políticos de Carlos Lacerda – governador do Rio de Janeiro na época –, que iam ao encontro dos objetivos da instituição. Segundo Niemeyer (1995, p.71), Lacerda queria modernizar o Estado e promover o desenvolvimento da indústria por meio de bases sólidas. Neste contexto, o ensino do Design poderia ser muito eficiente, já que a história comprovara seus resultados em países cujas ambições políticas eram semelhantes. Ainda de acordo com a autora, “essa escola deveria formar mão-de-obra para atender a demanda de designers que seria determinada por um esperado surto industrial no Estado”.

Denis (2000) menciona que, à época de sua criação, a escola contava com poucos professores, que em sua maioria não possuíam nenhuma experiência profissional ou docente. Mesmo assim a ESDI sobreviveu às difíceis décadas de 60 e 70, sendo incorporada a UERJ em 1975 e continuando ativa até os dias de hoje. Mais do que isso, o autor enfatiza que a escola possuiu um importante papel como instituição pioneira no ensino do Design no Brasil e como modelo para diversas outras universidades que surgiram nos anos seguintes.

Novos cursos surgiram após a criação da ESDI, inicialmente na Escola de Artes Plásticas da Universidade Mineira de Arte; na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (CAETANO, 2004).

Caetano (2004) informa que, nos anos 70, houve um surto de criação de cursos de Design. Para o autor, isso ocorreu por dois motivos: em primeiro, o chamado “milagre brasileiro” - que elevou o otimismo na economia; em segundo, a valorização educacional das ciências tecnológicas em detrimento das ciências humanas. Isso incentivou o surgimento de novas escolas de Design e a transformação de muitos cursos de Artes em Design.

Após esse surto, houve um período de retrocesso. Nos últimos anos, no entanto, foi possível observar uma nova multiplicação dentro da área do ensino. Segundo informações disponibilizadas por Dias (2004), em 2000 existiram 50 escolas de Design; em 2003 esse número dobrou, sendo um total de 100 escolas. Atualmente o MEC possui mais de 200 escolas cadastradas em seu sistema, oferecendo cursos de graduação e tecnológicos. Quanto aos cursos de pós-graduação, pode-se dizer que o Brasil apresenta grande defasagem nesta modalidade. A autora diz que o primeiro programa surgiu somente em 1994, no Departamento de Artes da PUC-Rio. Freitas e Moraes, A. (2007, p.177) informam que existiam, em 2007, 7 programas de mestrado, 1 de doutorado e nenhum levantamento sobre os cursos de especialização.

## 2.2 Os cursos de Especialização no Brasil

De acordo com Pilati (2006, p. 24), os cursos de especialização,

constituem-se hoje numa modalidade de formação que visa a verticalização do conhecimento técnico e científico, uma vez concluída a graduação. A sua versatilidade permite também que profissionais de todas as áreas os utilizem para atualização ou mesmo aprofundamento em novos campos.

Nos últimos anos, no entanto, foi possível observar duas grandes questões envolvendo os cursos de especialização no país. Em primeiro, discute-se o papel e a importância da pós-graduação *lato sensu*. Gomes, C. (1999, p.4) fala que sempre houve uma “clareira” na regulamentação do sistema de ensino superior, representada pelo baixo número de características estabelecidas e pelo credenciamento mínimo. Isso culminou na falta de clareza dos objetivos dos cursos *lato sensu*, contribuindo para o baixo nível de qualidade e seriedade dos mesmos. A segunda questão diz respeito à falta de discriminação entre os cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização. Sobre esse assunto, Carlesso (2005, p.50) diz que,

não existe uma delimitação ou uma fronteira conceitual que demarque esses três subníveis de pós-graduação *lato sensu*. Porém, pode-se dizer que os únicos critérios que balizam esses termos, além da carga horária, refere-se ao aprofundamento. Enquanto os cursos de atualização e aperfeiçoamento, organizados em curta duração, buscam a informação de um tema ou disciplina isolada, a especialização procura ampliar e diversificar ao máximo o conhecimento.

Segundo Gomes, C. (1999), os cursos *lato sensu* sempre receberam menor atenção em relação ao modelo *stricto sensu* em todos os documentos legislativos já elaborados. Em contrapartida, eles se expandiram de forma extremamente rápida desde sua origem e passaram a ser vistos como: nível intermediário entre a graduação e o mestrado ou doutorado; prêmio de consolação para aqueles que não puderam chegar ao mestrado; “pátio de estacionamento” para os que não conseguiram emprego; degrau para o mestrado; e credencial para obter vaga no mercado de trabalho. Diante da desmoralização desta modalidade de ensino, Carlesso (2005) e Gomes, C. (1999) apontam para a necessidade de sua reestruturação. No entanto, as leis vigentes não parecem alcançar esse objetivo.

Conforme informações encontradas no website oficial do MEC<sup>1</sup>, as leis que regulamentam os cursos de especialização, dentro do nível de pós-graduação lato sensu, são:

a) Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

b) Resolução nº1 de 8 de junho de 2007: estabelece normas para o funcionamento de cursos de graduação lato sensu, em nível de especialização.

A Lei de Diretrizes e Bases regulariza todos os aspectos do ensino brasileiro, incluindo um item para a educação superior. O artigo 44º, parágrafo III, resolve sobre os cursos de pós-graduação, e, segundo o texto, eles compreendem: mestrado, doutorado, especialização, aperfeiçoamento e outros; e são ofertados aos portadores de diploma de graduação desde que “atendam às exigências das instituições de ensino”.

A Resolução de 8 de junho de 2007 revoga os artigos 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 da Resolução nº1 de 3 de abril de 2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

O documento elaborado em 2007 apresenta poucas alterações em relação à Resolução anterior. Entre as modificações, as mais relevantes são: a exclusão dos cursos de aperfeiçoamento e outros da modalidade de pós-graduação lato sensu; a constituição do corpo docente por professores especialistas ou de “reconhecida capacidade técnico-profissional” – citação que não constava no texto anterior -, sendo que 50% devem ser mestres e/ou doutores; e a obrigatoriedade do certificado ser expedido pela instituição devidamente cadastrada e que efetivamente ministrou o curso.

Ademais, destacam-se em ambos documentos: a exigência dos cursos de apresentarem carga horária mínima de 360 horas, excetuando-se o tempo para estudos individuais ou em grupo e tempo reservado para a elaboração do trabalho de conclusão; e a obrigação de expedir certificado de conclusão somente para alunos com frequência mínima de 75% das aulas. A Resolução ainda afirma que os cursos lato sensu independem de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento, mas estão sujeitos à avaliação do MEC no momento do credenciamento da instituição do ensino.

Dessa forma, verifica-se que as resoluções de 3 de abril de 2001 e 8 de junho de 2007 são semelhantes, com poucas modificações no texto, e as proposições são amplas e flexíveis, o que facilita a inclusão de cursos pouco qualificados nesta categoria. Essas condições reafirmam a declaração de autores pela necessidade de reorganização deste sistema de ensino.

### 3 Metodologia

De acordo com os objetivos estabelecidos no início do trabalho, foi utilizada a pesquisa de dados através do emprego da técnica de *desk research*. A abrangência da investigação incluiu todos os cursos de especialização em Design que se encontram em território brasileiro e se enquadram nos seguintes critérios:

- a) apresentar as nomenclaturas “Design” ou “Desenho Industrial” em seu título;
- b) estar vinculado a uma Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC que ministre curso(s) de graduação em Design/Desenho Industrial ou em suas subáreas<sup>2</sup>;
- c) estar de acordo com as proposições dispostas em lei;

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>

<sup>2</sup> Foram adotadas as definições de subáreas apresentadas pela APDESIGN em seu *website* oficial, excetuando-se as atividades de apoio, teoria e educação em design, que não são relevantes na pesquisa, e Design Promocional, que não figurou entre os resultados. Acrescentou-se, também, a subárea de Design Multidisciplinar, apresentada no documento “Plano Estratégico para a Pesquisa e Desenvolvimento em Design no Brasil”, criado pelo Comitê Assessor de Design. Esta última foi empregada na pesquisa para agrupar os cursos que são interdisciplinares dentro do Design e que não se enquadram em outra área. Sendo assim, as subáreas selecionadas foram: Design Gráfico, Design de Produto, Design Multidisciplinar, Design de Moda, Design de Superfícies, Design Digital e Design de Ambientes.

d) possuir turmas em andamento ou com inscrições abertas, garantindo o caráter atual do trabalho;

e) enquadrar-se na modalidade de ensino presencial.

Para a realização da coleta de dados, desenvolveu-se um formulário composto pelos itens: instituição, curso, estado e administração (da instituição). Após o processo de reconhecimento das informações, estas sofreram duas divisões: por região geográfica e subárea do Design. Em seguida, os dados foram convertidos em números reais e percentuais, transformados em tabelas e gráficos e analisados conforme os seguintes critérios:

- número de cursos por região, de acordo com o tipo de administração da instituição;
- porcentagem de cursos por região;
- porcentagem de cursos por tipo de administração;
- número de cursos por região divididos em subáreas;
- porcentagem de curso por região dentro de cada subárea.

Para definir as instituições que poderiam participar do estudo, foi selecionado o website do cadastro de instituições de ensino superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)<sup>3</sup>. Através de uma pesquisa na página referida com as palavras: Design e Desenho Industrial, foram encontradas 220 instituições. Entre os dias 21 e 29 de setembro de 2007, os sites dessas instituições foram verificados, encontrando-se 69 cursos que se enquadravam nos requisitos de pesquisa.

Os dados encontrados possibilitaram a elaboração de 12 gráficos.

O gráfico da Figura 1 refere-se à relação entre cursos, região e tipo de administração:

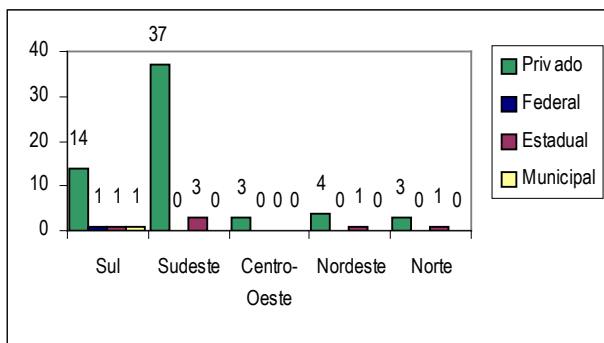


Figura 1 – Gráfico de distribuição de cursos por região e tipo de administração

Neste gráfico é possível avaliar que a região sudeste possui o maior número de cursos de especialização do Brasil, sendo 37 em instituições privadas e 3 em um estabelecimento estadual. Em segundo lugar encontra-se a região sul com 14 cursos privados, 1 estadual, 1 federal e 1 municipal – os últimos 2 são os únicos destes tipos de administração no país. As regiões centro-oeste, nordeste e norte abrigam um número bem menor de cursos, em um total de 3, 5 e 4 respectivamente, sendo que somente o Norte e o Nordeste apresentam um curso em instituição pública cada um. Na Figura 2 visualiza-se as porcentagens de cursos por região brasileira:

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>>

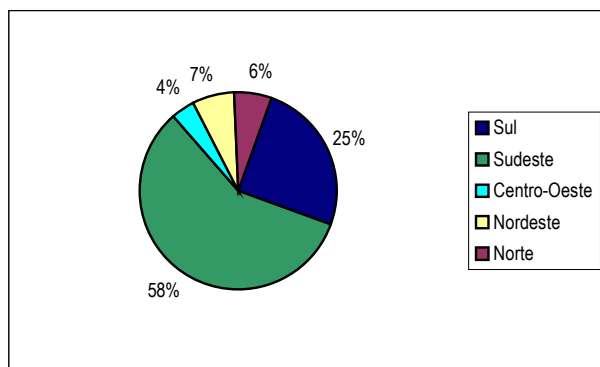


Figura 2 – Gráfico de porcentagem de cursos por região

No gráfico em questão, analisa-se a predominância de cursos na região sudeste, com 58%, seguida das regiões sul (25%), nordeste (7%), norte (6%) e centro-oeste (4%). A Figura 3 apresenta a distribuição dos cursos por tipo de administração:

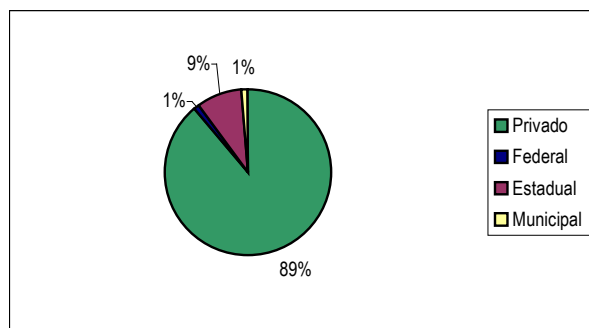


Figura 3 – Gráfico de porcentagem de cursos por tipo de administração institucional

Nesta ilustração, evidencia-se que a grande maioria dos cursos de especialização em Design do Brasil encontra-se em instituições privadas, representando 89% do total, enquanto apenas 9% pertencem às instituições estaduais, 1% à instituição federal e a mesma porcentagem em instituição municipal. A relação entre cursos existentes em cada subárea por região encontra-se no gráfico da Figura 4:

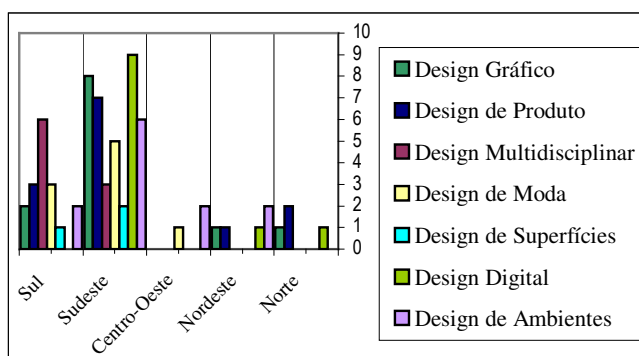


Figura 4 – Gráfico de distribuição de cursos por região e subáreas do Design

Acima, observa-se que na região sul sobressaem-se os cursos que envolvem Design Multidisciplinar, enquanto as outras categorias mantêm uma média similar. Ressalva-se aqui a ausência de cursos de Design Digital nesta porção do país. Ao contrário, na região sudeste, são os cursos de Design Digital que se destacam e somente a área de Design de Superfícies apresenta um patamar mais baixo. No Centro-Oeste existem apenas cursos de Design de Moda e de Ambientes; no Nordeste encontram-se cursos nas subáreas de Design Gráfico, de Produto, Digital e de Ambientes; finalmente, a região norte inclui cursos em Design Gráfico, de Produto e Digital.

Na Figura 5 são demonstrados os percentuais de cursos na área de Design Gráfico segundo cada região do país:

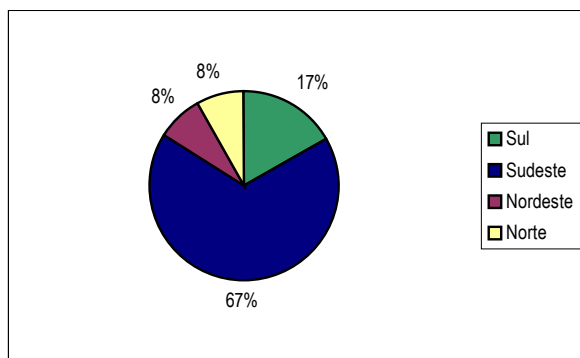


Figura 5 – Gráfico de porcentagem de cursos na subárea de Design Gráfico por regiões

Evidencia-se nesta ilustração a supremacia da região sudeste sobre as outras, com 67% dos cursos de Design Gráfico, enquanto 17% dos cursos encontram-se na região sul e 8% nas regiões nordeste e norte, cada uma. Não existem cursos nesta área na região centro-oeste.

Abaixo está a Figura 6, com a porcentagem de cursos na área de Design de Produto por cada região:

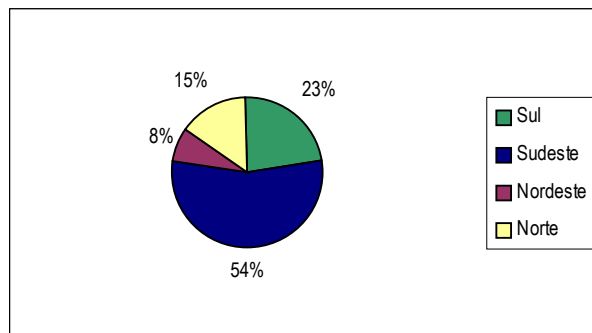


Figura 6 - Gráfico de porcentagem de cursos na subárea de Design de Produto por regiões

Novamente a região sudeste se destaca em relação às outras, com 54% dos cursos nesta área. As regiões sul, norte e nordeste possuem respectivamente 23%, 15% e 8% dos cursos. No Centro-Oeste não foram verificados cursos. A próxima figura, de número 7, indica a porcentagem de cursos na área de Design Multidisciplinar em cada região:

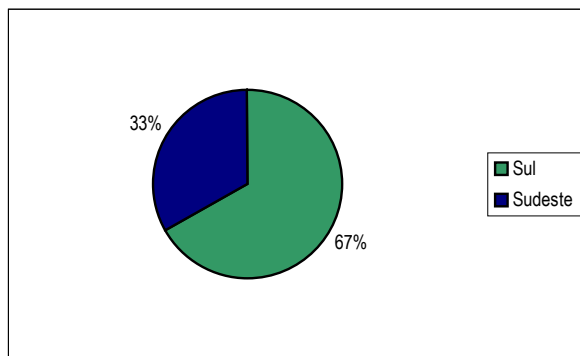


Figura 7 - Gráfico de porcentagem de cursos na subárea de Design Multidisciplinar por regiões

Observa-se, na Figura 7, que os cursos desta subárea existem apenas nas regiões sul e sudeste. A região sul domina este campo com 67% dos cursos. A região sudeste possui 33% dos cursos. A Figura 8 mostra os cursos de Design de Moda conforme cada região do Brasil:

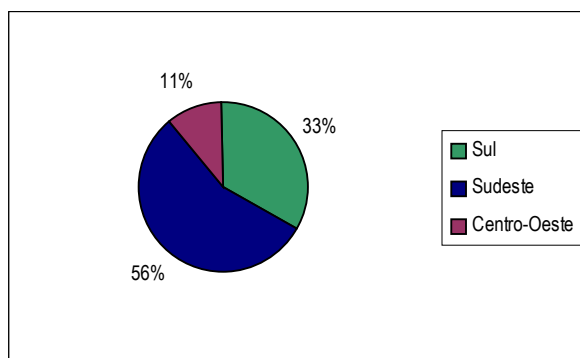


Figura 8 - Gráfico de porcentagem de cursos na subárea de Design de Moda por regiões

Os cursos de Design de Moda estão presentes nas regiões sul, sudeste e centro-oeste. A região sudeste responde por 56% da oferta, enquanto a região sul abriga 33% dos cursos e a região centro-oeste tem 11%. A porcentagem de cursos na subárea do Design de Superfícies em cada região pode ser analisada na Figura 9:

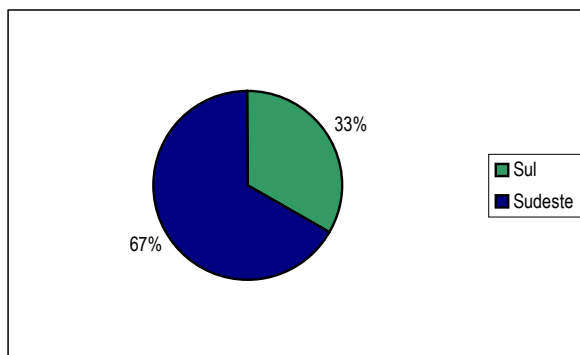


Figura 9 - Gráfico de porcentagem de cursos na subárea de Design de Superfícies por regiões

Na ilustração percebe-se que os cursos de Design de Superfícies concentram-se nas regiões sul e sudeste, predominando nesta última com 67%, ao passo que a região sul possui 33% dos cursos. O gráfico da Figura 10 mostra a porcentagem de cursos de Design Digital por região:

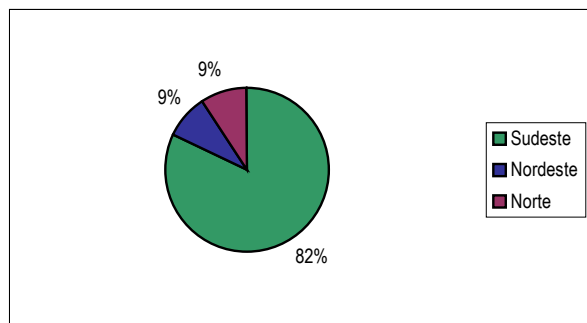


Figura 10 - Gráfico de porcentagem de cursos na subárea de Design Digital por regiões

Neste gráfico nota-se a grande predominância da região sudeste no ensino de especialização em Design Digital, com 82% dos cursos. As regiões norte e nordeste possuem 9% dos cursos, cada uma. Não existem cursos nesta área no Sul e no Centro-Oeste. O último gráfico de percentuais de cursos de subáreas por região representa o Design de Ambientes, conforme Figura 11:

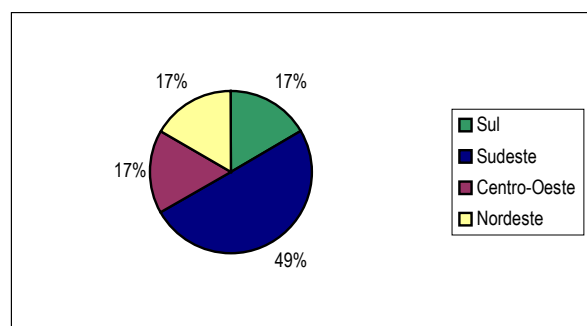


Figura 11 - Gráfico de porcentagem de cursos na subárea de Design de Ambientes por regiões

A região sudeste mantém sua hegemonia neste campo com 49% dos cursos. Dividindo o segundo lugar estão as regiões: sul, centro-oeste e nordeste com 17% dos cursos, cada uma. A região norte não aparece nesta figura. Por último, a Figura 12 apresenta a porcentagem de cursos por subárea em todo o Brasil:

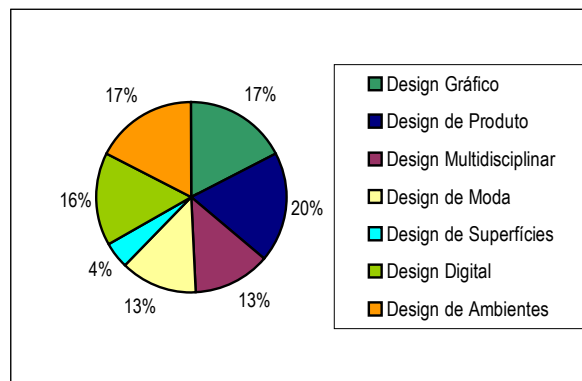


Figura 12 – Gráfico de porcentagem de cursos por subárea do Design no Brasil

Verifica-se, assim, que os cursos de Design de Produto apresentam as maiores porcentagens (20%), mas as áreas de Design Gráfico, de Ambientes e Digital possuem percentuais que estão próximos – 17%, 17% e 16% respectivamente. Logo depois encontram-se os cursos de Design de Moda e Multidisciplinar, com 13% cada. Em último está a subárea de Design de Superfícies com 4% do total de cursos.

#### 4 Resultados e discussões

Com relação aos resultados observados na pesquisa, podem se ressaltar os seguintes itens:

Centralização geográfica dos cursos. A análise demonstrou uma grande concentração de cursos na região sudeste. A constituição desse panorama parece estar associada a fatores econômicos, tecnológicos, educacionais, industriais e de expansão do mercado de trabalho nesta área. Supõe-se que o maior ou menor grau de desenvolvimento de cada região influencia a oferta e demanda dos cursos.

Tendência ao privado. Verificou-se o prevaletimento dos cursos em instituições privadas de ensino. Esse fato pode ser explicado através da falta de interesse e apoio por parte do Poder Público na modalidade de especialização, pois, conforme relatado na revisão de literatura, o foco das atenções do Governo e dos programas de pós-graduação encontra-se voltado para a modalidade *stricto sensu*.

Equilíbrio entre as subáreas no contexto geral brasileiro. Em termos gerais, existem porcentagens semelhantes de cursos em cada subárea em todo o Brasil, e não é possível apontar uma tendência em determinado campo. Este equilíbrio levanta a hipótese de que o país não possui tradição nem maior reconhecimento e qualidade superior em nenhum campo.

Centralização geográfica das subáreas. O equilíbrio visto, ao se observar as subáreas dentro do panorama geral do país, desaparece quando são analisados os cursos por regiões, já que existe uma supremacia do sudeste em quase todas as categorias. Dessa forma, pode-se dizer que, no contexto brasileiro, não verificam-se hegemonias ou tendências de subáreas, mas em termos regionais ocorre o contrário, com a supremacia da região sudeste em seis das sete subáreas estudadas, o que reafirma a centralização geográfica dos cursos.

Ausência e má distribuição de subáreas nas regiões centro-oeste, nordeste e norte. A pesquisa apontou que o quadro de cursos nessas regiões é bem reduzido e tende a contemplar poucas subáreas. Esse panorama permite avaliar que falta, no Brasil, um sistema ou uma política estruturada para o desenvolvimento e expansão de cursos de especialização em Design, visando suprir as necessidades de cada região.

Os principais resultados encontrados respondem mais do que tendências e panoramas. Eles apontam para novos questionamentos e discussões; pressupõem uma estreita relação entre o ensino do Design e o nível de desenvolvimento de cada região e indicam a necessidade de refletir um modelo político de gerenciamento dos cursos de especialização em Design, que busquem valorizar essa modalidade de ensino em instituições públicas e sintonizar a oferta de cursos com a demanda real por profissionais.

## **5 Considerações Finais**

A opção deste trabalho por investigar um assunto que não possuía referências anteriores, além de ser uma tarefa complexa, trouxe como conseqüências muitas indagações, que surgiram tanto no período de desenvolvimento do projeto, como na elaboração dos resultados. Muitas destas questões não foram respondidas, pois não faziam parte dos objetivos do estudo. No entanto, as perguntas geradas podem ser vistas como indicações para futuros trabalhos, buscando um aprofundamento maior do tema.

Por apresentar um caráter pioneiro, este trabalho se estabelece como uma base teórica abrangente e introdutória de referência para o assunto e entende-se que possa contribuir para pesquisas mais específicas na área. Entre as sugestões para a continuidade deste estudo, encontram-se as discussões levantadas em torno das relações que possivelmente existam entre a distribuição geográfica dos cursos e o nível de desenvolvimento de cada região; a comprovação do equilíbrio irregular entre a demanda e a oferta de cursos em determinadas regiões do Brasil, associado à falta de uma política pública que organize esse sistema de ensino para que ele se desenvolva de acordo com as necessidades regionais; e até a discussão que remete à própria elaboração de um modelo de gerenciamento da modalidade.

Os objetivos foram alcançados, mas a necessidade de aprofundar-se em novos conhecimentos tornou-se ainda maior, demonstrando que o trabalho de pesquisa e a aprendizagem são processos que não se esgotam e são alimentados pelo espírito crítico e curioso inerente ao ser humano. Dessa forma, esse estudo não tem a pretensão de ser um fim em si mesmo, mas permitir o surgimento de novas dúvidas, questionamentos, discussões e, conseqüentemente, levar à produção de conhecimento.

## 6 Referências

CAETANO, Júlio. Que designers estamos formando? In: MAGALHÃES, Eliane (org.) et al. **Pensando Design**. Porto Alegre: UniRitter, 2004.

CARLESSO, Elisabete. **A Pós-Graduação *Lato Sensu* no Brasil e a Importância para a Região Oeste Catarinense**. São Paulo: USM, 2005. Dissertação (Mestrado), Programa Interdisciplinar em Educação, Comunicação e Administração, Universidade de São Marcos, 2005. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: out. 2007.

DENIS, Rafael Cardoso. **Uma Introdução à História do Design**. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

DIAS, Maria Regina Álvares Correia. **O Ensino do Design: A Interdisciplinaridade na Disciplina de Projeto em Design**. Florianópolis: UFSC, 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/11777.pdf>>. Acesso em: jul. 2007.

FREITAS, Sydney; MORAES, Anamaria de. Formação e Capacitação em Design. In: BARBARÁ, Saulo; FREITAS, Sydney. **Design: Gestão, Métodos, Projetos, Processos**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

GOMES, Cândido Alberto. Pós-graduação *lato sensu*: terra de ninguém? **Infocapes**: Boletim informativo da Capes, Brasília, vol.7, n.2, p.4-18. abr – jun. 1999. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: out. 2007.

NIEMEYER, Lucy. Desenvolvimento e Modernismo: Implicações para o Ensino de Design na ESDI. **Estudos em Design**, [Rio de Janeiro], v.3, n.1, p.69-77, jul. 1995.

PILATI, Orlando. Especialização: falácia ou conhecimento aprofundado? **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S.l.], v.3, n.5, p.7-26. jun. 2006. Disponível em: <<http://www2.capes.gov.br/rbpg/portal>>. Acesso em: out. 2007.

WOLLNER, Alexandre. **Design Visual: 50 anos**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.